

MULHERES E PATRIARCADO: RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E SUBMISSÃO NAS CASAS DE FARINHA DO AGRESTE ALAGOANO

WOMEN AND PATRIARCHY: RELATIONS OF SUBMISSION AND DEPENDENCE IN THE FLOUR HOUSES AT ALAGOAS

MILKA ALVES CORREIA BARBOSA¹, FÁTIMA REGINA NEY MATOS²,
ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS³ E ANA MÁRCIA BATISTA ALMEIDA⁴

Recebido em: 14/04/2011

Aprovado em: 25/08/2011

RESUMO

Este estudo procurou analisar os aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste alagoano que ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro. O patriarcado caracteriza-se pela extraordinária influência que exerce na organização social do Brasil desde a época da colonização até os dias atuais. O quadro teórico foi construído sobre divisão do trabalho sexual e divisão sexual do trabalho, patriarcado, mandioca e casas de farinha. A abordagem metodológica foi a pesquisa qualitativa, e realizou-se um estudo de caso, delimitado pelo conjunto de casas de farinha localizadas no Agreste alagoano. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação direta e analisados a partir da técnica da análise de conteúdo. A dupla jornada de trabalho - casa de farinha e trabalhos domésticos -, a baixa remuneração, as condições precarizadas de trabalho, o respeito e a lealdade à autoridade do dono da casa de farinha - como provedor de salário, comida e trabalho - são algumas das condições sob as quais as trabalhadoras estão submetidas que alimentam a exploração. Nas casas de farinha estudadas, a divisão sexual do trabalho é aceita e naturalizada como resultado de diferenças físicas entre homens e mulheres. Os resultados mostraram que vários aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste alagoano ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro.

Palavras-chave: Patriarcado; Divisão do trabalho sexual; Gênero; Mulheres; Casas de farinha.

ABSTRACT

This study sought to examine the aspects of women's work in flour mill houses at the countryside of Alagoas that still reproduce the pattern of traditional Brazilian domination of patriarchy. The patriarchy is characterized by the extraordinary influence that exerts on the social organization in Brazil since the time of colonization until the present days. The theoretical framework was based on sexual division of labor and gender, patriarchy and flour mills houses. The methodological approach was qualitative research and a case study, limited by the number of flour mills houses located at Alagoas' countryside. Data were collected through semi-structured interviews and direct observation and analyzed using the technique of content analysis. The double workday (flour mill house and housework), the low wages, the precarious working conditions, the respect and the loyalty to the authority of the owner of the flour mill house - as provider of pay, food, work - are some of the conditions that fuel exploitation in which women workers are subjected. In flour mill houses studied, the sexual division of labor is accepted and naturalized as a result of physical differences between men and women. The results showed that several aspects of women's work in the flour mill houses still reproduce the pattern of traditional Brazilians domination of patriarchy.

Keywords: Patriarchy; Sexual division of labor; Gender; Women; Flour houses.

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: correiamilka@hotmail.com

² Doutora em Administração pelo PROPAD/Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fneymatos@globocom

³ Graduada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ana.sann@hotmail.com

⁴ Mestre em Administração pelo PROPAD/Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: anamarcialmeida@hotmail.com

1 Introdução

Historicamente, a divisão de trabalho entre indivíduos e grupos advém do início da vida humana grupal, podendo ser encontrada em todas as sociedades do passado e da contemporaneidade, contudo guardando formas peculiares, decorrentes do processo histórico e civilizatório de cada povo, nação ou grupo.

Segundo Carloto (2001), a divisão sexual do trabalho é uma constante na história das mulheres e homens, e as explicações para tal, frequentemente, apoiam-se no discurso do determinismo biológico, que procura ratificar o papel das mulheres como protagonistas da reprodução biológica:

A tentativa de construir o ser mulher como subordinado vai ter a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade (CARLOTO, 2001, p. 203).

De fato, essa divisão não se dá sem consequências; a ela são atribuídas práticas que “mudam conforme os diferentes tipos de sociedades e seu momento histórico” (CARLOTO, 2002, p. 201). Apesar disso, observando-se a sociedade capitalista específica, percebe-se que o trabalho das mulheres ainda não recebe a mesma valorização e conseqüente remuneração atribuída ao trabalho masculino.

Para Marx (1982, p. 23), o trabalho das mulheres começou a ser utilizado pelo sistema capitalista com a chegada da maquinaria, na medida em que revolucionou a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista: “o trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos”. Assim, a mulher foi submetida à

dupla exploração: de um lado, ao capital diretamente nas fábricas; de outro, à propriedade de seu marido. Ao afastarem-se do “lar” – seu *habitat* “natural” – as mulheres que trabalhavam nas fábricas viram seus filhos perecerem e tornaram-se degradadas moralmente.

Decerto, a noção de divisão sexual de trabalho assume formas conjunturais e históricas e pode ser compreendida como prática social, uma vez que conserva tradições que ordenam tarefas masculinas e femininas na indústria, bem como cria modalidades da divisão sexual de trabalho (LOBO, 1991). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho “não é a causa da subordinação e da desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas sim está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução” (BRITO; OLIVEIRA, 1997, p. 252).

Em outras palavras, é factível entender que as relações de gênero (especialmente o feminino) e as relações de trabalho inserem-se em um sistema de práticas e relações sociais existentes ao longo da história de determinada sociedade.

Especificamente no Brasil, o processo de colonização pode ser caracterizado por unidades familiares orientadas pelo latifúndio, escravagismo e patriarcado. Assim, a posição da mulher na família e na sociedade, em geral, demonstra que a família patriarcal foi um elemento determinante em nossa organização social. Até as primeiras décadas do século XX, as mulheres brasileiras não tinham garantido ainda os direitos civis dos quais gozavam os homens.

Obviamente que a sociedade brasileira vem passando por significativas transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas duas décadas; dentre elas, o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, conforme Chauí (1989), apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade

patriarcal permaneceu na vida e na política brasileiras, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo. Assim, a gênese de atitudes autoritárias com a condição feminina, verificadas nos meios urbano e rural contemporâneos, pode ser entendida à luz dos esquemas de dominação que caracterizaram o patriarcado tradicional brasileiro (SOUZA, 2000; FREITAS 1997).

Atualmente, apesar de possuírem o mesmo ou melhores níveis de escolaridade que os homens, não se pode afirmar que a igualdade entre os gêneros já foi alcançada. Não raro têm-se mulheres com remuneração menor que a dos homens, ainda que em cargos iguais ou semelhantes, ou mulheres com dupla jornada de trabalho. Por isso, os estudos organizacionais que abordam a questão do gênero estão distantes de ser esgotados, conquanto várias questões sobre essa desigualdade ainda precisem ser esclarecidas (CAPPELLE et al., 2006).

Nesse cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar os aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste alagoano que ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro.

Em Alagoas, a mandioca é a segunda maior produção agrícola, sendo fundamental para os programas de agricultura familiar. A produção da farinha é responsável pela subsistência de mais de 25 mil famílias, que têm sua renda doméstica proveniente do trabalho em casas de farinha instaladas na região (SEBRAE, 2008). Fazer farinha é uma arte centenária, que atravessa gerações e retrata a cultura local e a verdadeira história de homens, mulheres e crianças da região.

O interesse por trabalhos que abordem as relações de gênero tem crescido e justifica-se na medida em se faz necessário questionar o conjunto das relações sociais e econômicas no universo do trabalho no Brasil.

2 Da divisão do trabalho sexual a divisão sexual do trabalho

Na análise de Durkheim (1999, p. 22), a divisão do trabalho sexual fundamenta-se na história da sociedade conjugal; de fato, para o autor, “o homem e a mulher são apenas partes diferentes de um mesmo todo concreto que reforma, unindo-se”. A partir da união desses diferentes, decorrem laços solidários que somente se concretizarão com a divisão do trabalho sexual. “Em outras palavras, a divisão do trabalho sexual é a fonte da solidariedade sexual” (p. 22).

Para explicar a diferenciação e atribuição de funções femininas e masculinas, Durkheim (1999) remonta ao passado, quando, nas sociedades primitivas, as diferenças entre o corpo feminino e o masculino eram bem menores que nas sociedades evoluídas, e a mulher não era a frágil figura que se tornou com a evolução societal.

As diferenças anatômicas passam a ser acompanhadas de dessemelhanças funcionais. Ainda de acordo com Durkheim (1999), ao longo da evolução, observou-se que, aos poucos, as mulheres se ocuparam de atividades até então exercidas somente por homens. Essa aparente homogeneização entre as atividades femininas e masculinas, na verdade, sinalizava que os homens deixaram, gradualmente, esses espaços, para dedicarem-se aos papéis mais ligados à racionalidade no decorrer de sua evolução biológica.

Ao ver, em certas classes, as mulheres ocuparem-se como os homens da arte e da literatura, poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a tornar-se homogêneas. Mas mesmo nesta esfera de ação a mulher aplica a sua natureza própria, e o seu papel permanece muito especial, muito diferente do homem. Além disso, se a arte e as letras começam a tornar-se coisas femininas, o outro sexo parece abandoná-las para se entregar mais especialmente à ciência (DURKHEIM, 1999, p. 26).

Durkheim (1999, p. 26) também argumenta que, à medida que, nos tempos modernos, o casamento se desenvolveu, o trabalho sexual foi se tornando cada vez mais dividido, pois se, a princípio, restringia-se às funções sexuais, aos poucos a mulher “retirou-se da guerra e dos negócios públicos e sua vida concentrou-se inteira no interior da família. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem”. Atribuindo biológica e psiquicamente características e capacidades distintas para cada sexo, a divisão do trabalho sexual foi então legitimada.

De outra forma, para o autor, ainda que as tarefas masculinas e femininas sejam hierarquicamente legitimadas, a divisão do trabalho sexual assume também a noção de complementaridade entre as diferentes funções. Isso se dá pela necessidade de assegurar a organização necessária para manter a ordem social.

De fato, o maior efeito dessa divisão do trabalho não seria o aumento da rentabilidade das funções divididas, mas o fato de torná-las solidárias. Para Durkheim (1999, p. 30), “pode-se, no entanto, entrever desde já que, se é (a coesão social) realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque a necessidade de ordem, de harmonia, de solidariedade social, passam geralmente por ser morais”. Assim, fica aceita social e moralmente uma nítida segregação dos espaços e funções pensados para cada sexo.

Os conceitos de complementaridade, solidariedade orgânica, divisão de tarefas e harmonia reforçam e legitimam uma ideologia naturalista que, de certa forma, reduz o gênero à divisão biológica de sexo, e as práticas sociais a papéis sociais que foram determinados a partir do destino natural da espécie.

Afastando-se dessa noção determinista, Hirata e Kergoat (2007, p. 599)

apontam que a divisão sexual do trabalho é a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Ainda de acordo com as autoras, a forma como essa divisão se dá varia histórica e socialmente, mas tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e a apropriação pelos homens das funções com maior valor social atribuído.

Com o advento dos estudos feministas e de gênero na França (HIRATA; KERGOAT, 2007) acerca da divisão sociotécnica do trabalho, o caráter sexuado dessas relações passou a ser percebido e analisado de uma forma distinta da visão durkheimiana (MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Enquanto Durkheim (1999) tinha uma percepção acerca da divisão do trabalho sexual como a atribuição de funções complementares para mulheres e homens, essenciais para manter a coesão social, os estudos que consideravam gênero como categorias de análise viam, na divisão sexual do trabalho, a percepção das relações de poder estabelecidas entre os sexos. Em outras palavras, “a segmentação sexuada dos espaços profissionais não mais se dá de forma harmoniosa e complementar, percebe-se a dimensão do conflito, das relações de dominação/subordinação” (MATIAS DOS SANTOS, 2007, p. 4).

Assim, sob essa perspectiva não durkheimiana, é possível compreender que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que são, antes de tudo, construções sociais (KERGOAT, 1996; MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Dessa forma, é válido argumentar que o conceito de divisão sexual do trabalho não é único, conquanto possa ser apreendido a partir de duas posições teóricas opostas ideológica e epistemologicamente,

quais sejam: a teoria do *vínculo social* e da *relação social*.

A primeira é baseada na complementaridade entre homens e mulheres ou em uma conciliação de papéis, como forma de assegurar a estabilidade social pelo papel familiar e doméstico atribuído às mulheres. De outra perspectiva, a teoria da relação social pauta-se na ideia de uma relação antagonica entre homens e mulheres, permeada de práticas de dominação/opressão do masculino sobre o feminino, as quais são construídas dialeticamente dentro de um processo sócio-histórico.

Sob a ótica do biologicismo social, o “sexo” assume influência determinística na constituição da categoria gênero e nas configurações sociais resultantes (MATIAS DOS SANTOS, 2007; HENNING, 2008). Entretanto, as diferenças corporais entre mulheres e homens não apreendem as relações de desigualdade entre os sexos, não denunciam as relações de dominação e opressão existentes entre eles. Logo, não se pode afirmar que a demarcação sexual dos espaços foi delineada exclusiva e naturalmente a partir das características corporais femininas e masculinas; trata-se sim de uma construção sócio-histórica.

Assim, a partir da teoria da relação social, é possível analisar a divisão sexual do trabalho considerando relações de gênero e viabilizar uma melhor compreensão dos fenômenos sociais construídos que, por vezes, são tomados pelo imaginário social (inclusive acadêmico, muitas vezes) como naturais, externos ao controle dos sujeitos políticos (MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Corroborando essa ideia, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que, apesar de a divisão sexual do trabalho seguir princípios válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço, não significa que seja algo imutável. Dito de outra forma, ainda que a divisão do trabalho se dê pelo princípio de separação – trabalhos voltados a homens e trabalhos voltados a mu-

lheres – ou pelo princípio hierárquico – trabalhos de homens valem mais do que trabalhos de mulheres –, o caráter imutável está na distância entre os grupos de sexo, mas a modalidade de como se dá a divisão sexual do trabalho “varia grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Ora, observou-se um reordenamento no mercado de trabalho e nas relações familiares. Entretanto, apesar dessas transformações, não é possível afirmar que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida delas. Muitas ainda continuam sendo responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, coadjuvantes que “ajudam no orçamento familiar”, enquanto ao homem cabe o papel de provedor; várias ainda têm que providenciar arranjos domésticos para poder sair de casa e ir trabalhar; e inúmeras ainda encontram-se em relações de trabalho fragilizadas, exploradoras, precarizadas (HARVEY, 1994; HIRATA, 2001).

Ademais, no mundo do trabalho contemporâneo, continua existindo a dimensão sexuada das relações estabelecidas socialmente; no mercado de trabalho, ainda persiste uma nítida divisão sexual das formações e dos empregos: as profissões tipicamente femininas carregam em si a desvalorização social e, conseqüentemente, salarial.

De forma semelhante, Hirata (2002) mostra que a marginalização feminina, em relação aos postos de trabalho que requerem uma maior qualificação para lidar com as novas tecnologias, é evidente e extrapola o ambiente profissional, reproduzindo-se em todos os níveis do cotidiano, principalmente no âmbito doméstico.

Dito de outra forma, as mudanças no cenário atual da divisão sexual de trabalho não significam uma efetiva transformação que venha romper com as relações de gê-

nero desiguais e hierarquizadas. Houve sim um deslocamento dos limites que segregam os sexos, mas não ocorreu uma real ruptura das fronteiras da desigualdade (MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Segundo Marodin (1997), em uma determinada estrutura social, encontra-se prescrita uma série de funções e papéis para homens e mulheres que estão de tal forma internalizados que são considerados próprios ou naturais de seus respectivos gêneros. Assim, ao se relacionar o conceito de relações de gênero à noção de construção social, possibilita-se a periodização histórica dessas relações, a qual é capaz de evidenciar as formas que a interação social entre homens e mulheres adquire ao longo do tempo.

É importante ter em mente que o gênero, diferentemente do sexo, é construído socialmente e, como tal, envolve o estabelecimento e a perpetuação ou o rompimento e a construção de novas identidades, dependendo do papel exercido pelo sujeito na dinâmica social. Tudo isso sempre está relacionado a especificidades culturais, locais, históricas temporais e organizacionais.

Partindo de uma revisão histórica, Costa (1994) identifica as mudanças sofridas na conceitualização do gênero e seus reflexos nas diferentes orientações ontológicas e epistemológicas adotadas pelas pesquisas sociais. A primeira abordagem identificada pela autora preocupa-se em focar o *gênero como variável binária*, apoiada na diferença sexual entre homens e mulheres e, como tal, caracterizada por uma visão estática, imutável e dual, que impede uma compreensão mais ampliada das interações que acontecem entre os indivíduos no contexto sócio-político-cultural em que se encontram inseridos. A segunda abordagem enfatiza o *gênero como papéis sociais dicotomizados*; de fato, representa um avanço em relação ao paradigma da diferença social. Contudo, insiste em não levar em

conta a conexão entre gênero, poder e desigualdades sociais, além de manter o dualismo, na medida em que não adentra na complexidade e especificações das relações sociais que resultam nos papéis atribuídos aos homens e às mulheres.

Outra perspectiva teórica reconhece o *gênero como uma variável psicológica*, uma orientação da personalidade. A diferença entre masculinidade e feminilidade traduz-se mais em uma questão de grau do que de oposição. Vale dizer, altos coeficientes de feminilidade e de masculinidade encontram-se nos extremos de uma escala de medição na qual a androginia seria uma combinação de pontuações elevadas tanto na direção da masculinidade quanto na da feminilidade. No entanto, a validade do construto dessa escala foi questionada por não ser capaz de determinar o que exatamente estava sendo mensurado nem esclarecer o significado do que seria mais masculino ou mais feminino, sinalizando assim um retorno ao dualismo tradicional anteriormente criticado. A vertente que aborda o *gênero como tradução de sistemas culturais* reconhece que meninos e meninas aprendem formas diferentes de interagir e de se comunicar, criando assim mundos e subculturas distintos. Com isso, essa abordagem assume demasiada ênfase nas diferenças, pressupõe haver uma cultura feminina homogênea e tende a suavizar problemas como a opressão e a dominação.

Finalmente, ao considerar o *gênero como fenômeno relacional*, essa abordagem afasta-se da visão binária e da divisão de papéis, passando a considerar o sistema social de relacionamentos dentro do qual os indivíduos se situam. Significa dizer que se desenvolve uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade, resultante da interação entre prática e estrutura sociais.

Com efeito, vale aqui salientar o esforço em manter esse enfoque relacional permeando a abordagem proposta por este trabalho. Para analisar o objeto empírico

desta pesquisa, partiu-se da compreensão de que gênero é um conceito que diz respeito à relação entre homens e mulheres e envolve, portanto, considerar as diversas inserções sociais dos homens e das mulheres, quer seja no espaço doméstico, quer no mercado de trabalho.

No campo dos estudos organizacionais, Calás e Smircich (1999) descrevem como diversas abordagens do pensamento feminista alinham-se com as teorias e práticas organizacionais, cada uma delas com suas potencialidades e limitações, mas buscando oferecer formas alternativas para o enfoque da desigualdade de gênero. As autoras argumentam que não há a “melhor” abordagem, conquanto reconheçam que cada uma delas possa fornecer importante contribuição.

Na linha da evolução histórica do pensamento feminista, como ponto de partida, Calás e Smircich (1999) apresentam a *Teoria Feminista Liberal*, segundo a qual o gênero é socializado em seres humanos sexuados pelo comportamento adequado a cada sexo. Gerada nos movimentos feministas do final dos anos 60, para a *Teoria Feminista Radical* o gênero é uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens.

A partir de teorias psicanalíticas freudianas sobre relação-objeto, a *Teoria Feminista Psicanalítica* considera que o gênero estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicosssexual. Já em meados do século XIX, baseada na crítica marxista da sociedade capitalista, a *Teoria Feminista Marxista* aborda o gênero como parte de relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista. Avançando no tempo, nos anos 70, a *Teoria Feminista Socialista* surge como parte das tentativas do movimento feminista de sintetizar os feminismos marxista, psicanalítico e radical. Assim, considera que o gênero é “constituído processual e socialmente por meio de diversas intersecções de sexo, raça, ideologia e experiências de opressão sob o

patriarcado e o capitalismo (que são distintos)” (CALÁS; SMIRCICH, 1999, p. 276).

Diferentemente das teorias liberal e marxista, que propiciaram um campo profícuo para o feminismo, as *abordagens feministas pós-estruturalistas* questionavam o conhecimento e sua posição como tal. Nessa perspectiva, sexo e gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio do poder e resistência na materialidade dos corpos humanos.

Finalmente, surgindo de intersecções dos feminismos e das críticas pós-colonialistas das epistemologias ocidentais, a *Teoria Feminista Pós-colonialista* considera “a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo e gênero, enfocando aspectos de gênero no processo de globalização” (CALÁS; SMIRCICH, 1999, p. 276).

No meta-estudo de Cappelle et al. (2006), identificou-se que a abordagem feminista liberal foi adotada como perspectiva epistemológica pela maior parte das pesquisas sobre gênero nos estudos organizacionais brasileiros (51,11%), ou seja, nesses estudos, não se relacionou o gênero a outros aspectos culturais, sociais, locais e organizacionais; a perspectiva adotada mostra a visão universalizada e simplista da mulher inferiorizada pelo homem.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que as estruturas históricas de cada povo marcam suas respectivas trajetórias em diversos níveis, inclusive influenciando a forma como os trabalhadores são construídos socialmente. Assim sendo, é pertinente abordar o patriarcado - estrutura de organização (e dominação) social que influenciou fortemente a constituição da sociedade e das relações sociais no Brasil.

3 O Patriarcado

Conceito sociológico básico, o termo papel é utilizado por Linton (apud KLINENBERG, 1967, p. 384) para “designar o total de padrões de cultura associados com um *status* em particular. Como tal, inclui as

atitudes, os valores e o comportamento atribuídos pela sociedade a cada uma e a todas as pessoas que ocupam determinado *status* [...]”, assim sendo, “os papéis sociais são aprendidos à medida que os indivíduos adquirem a cultura de seu grupo, embora possam os papéis tornar-se uma parte tão íntima de sua personalidade que são representados sem que se tenha consciência de seu caráter social” (CHINOY, 1967, p. 39).

Como “a realidade é construída socialmente” (BERGER, 1976, p. 132) e “as ideias da classe dominante são também as ideias dominantes de cada época, ou, em outras palavras, a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 1986, p. 11), pode-se inferir que o papel da mulher na sociedade foi construído a partir de um processo relacional com o homem. Esse aspecto relacional é reforçado por Saffioti (2008, p. 9), a partir da reflexão: “[...] existe, em sociedade, algo não relacional? Existem homens dominadores sem mulheres dominadas? De modo genérico, existe dominador sem dominado?”. Para todos esses questionamentos, entende-se que a resposta seja não, isto é, não existe.

Segundo Paoli (1994, p. 20), a bipolar divisão dos espaços femininos e masculinos se faz presente no surgimento da sociedade industrial:

[...] com diferentes consequências, tanto o movimento operário quanto os patrões reforçavam o papel doméstico da mulher trabalhadora - não obstante várias evidências de que o trabalho assalariado feminino era absolutamente indispensável para a sobrevivência familiar operária, assim como o trabalho infantil; por menor que fossem seus salários, compunham o orçamento doméstico, eternamente comprimido pelo baixo nível geral dos salários. As mulheres eram impelidas a trabalhar nas fábricas pela necessidade econômica da família operária, mas maridos e patrões consideravam tal trabalho como

provisório e delas exigiam também a consecução das tarefas domésticas, de forma que a dupla jornada de trabalho formava o espaço de suas vidas de modo compulsório. Nesse sentido, família era a mediação necessária que compunha a vivência das mulheres trabalhadoras como gênero e classe.

Pode-se considerar que o advento do maquinário na indústria, com o qual se inicia a Revolução Industrial, tirou a mulher do trabalho doméstico e a trouxe para a fábrica:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de *utilizar o trabalho das mulheres* e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital (MARX, 1982, p. 450, grifo nosso).

Na primeira metade do século XIX, começaram a surgir os sem-trabalho, em geral adultos e do sexo masculino. Os empregadores preferiam substituir a mão de obra masculina pela feminina, mais dócil e mais barata. Para prover a subsistência familiar, as mulheres aceitavam salários menores e sujeitavam-se a condições exaustivas de trabalho, perigosas muitas vezes, penosas, insalubres, a qualquer hora do dia ou da noite e sem garantia de estabilidade.

De acordo com Belle (1993, p. 196), a mulher

[...] esteve presente desde o início da industrialização; seu trabalho, menos qualificado, mal pago e raramente colocado no nível onde se exercia o poder, aí ficando sempre em posição secundária e su-

bordinada ao seu papel de mãe e de esposa, que era seu único papel social reconhecido e legítimo.

Para Durkheim (1999, p. 29), “Dir-se-ia que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”, ou seja, o papel da mulher tornou-se o de suprir afeto, o do homem o de realizar atividades intelectuais; o da mulher a ser desempenhado no seio da família, o do homem no seio da sociedade; o da mulher no sentido privado, da casa; o do homem no público, da rua (DA MATTA, 1991).

Partindo do conceito atribuído por Weber (2000, p. 184), “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”.

Baseado na autoridade doméstica e familiar, o patriarcado determina relações de dominação que Weber (2000, p. 234) assim caracteriza:

[...] baseada em piedade; para todos os submetidos da comunidade doméstica, a convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, com sua comunidade de destino externa e interna; para a mulher submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem [...].

Trata-se de um tipo-ideal a-histórico que, por isso, permite ao pesquisador referir-se a “diferentes formas históricas de organização social onde e sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica; a qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação típico-ideal” (MACHADO, 2000, p. 3).

Por outro lado, sabe-se que o patriarcado não foi a única forma de organização familiar e social. Houve e ainda há outras configurações familiares: as famílias chefia-

das por mulheres, as matrifocais, matrilineares e matrilocais, centradas na figura e na descendência femininas (NARVAZ; KOLLER, 2006). Nas sociedades ditas primitivas, a organização se dava em torno da figura da mãe; os papéis sexuais e sociais de homens e mulheres não eram definidos rigidamente, por isso era possível encontrar relatos de tribos nas quais as relações entre homens e mulheres e a divisão de tarefas eram bastante igualitárias.

Alguns fatores explicam a origem do patriarcado como ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. Dentre eles, estão o reconhecimento do papel do homem na reprodução, o estabelecimento da propriedade privada, a instituição das relações predominantemente monogâmicas e o controle do corpo e da sexualidade das mulheres pela divisão sexual e social do trabalho (NARVAZ; KOLLER, 2006; SCOTT, 1995).

Historicamente, a associação entre família e patriarcado pode ser buscada na Roma Antiga. Lá, a família era centrada no homem, sendo as mulheres, em geral, coadjuvantes. O patriarca tinha poder sobre os escravos, vassalos, filhos e, claro, sobre a mulher. Dessa maneira, é importante notar que o patriarcado não se restringia ao poder do pai, mas ao poder masculino enquanto categoria social:

[...] a esposa não passa de um dos elementos da casa, que compreende igualmente os filhos, os libertos, os clientes e os escravos. ‘Se teu escravo, teu liberto, tua mulher ou teu cliente ousam replicar, tu te enraiveces’, escreve Sêneca. Os senhores, chefes de uma casa, resolvem as coisas entre si, como de poder a poder, e se um deles deve tomar uma grave decisão reúne o ‘conselho de amigos’ em vez de discutir com a mulher (VEYNE, 2009, p. 43).

De forma geral, Narvaz e Koller (2006) apontam dois princípios básicos que regem o patriarcado: as mulheres estão hie-

rarquicamente subordinadas aos homens e os mais jovens aos homens mais velhos. Como consequência, as atividades masculinas têm maior valor que as femininas; a sexualidade, o corpo e a autonomia femininos estão legitimamente controlados pelos homens (SCOTT, 1995).

É possível encontrar, na literatura, críticas ao patriarcado, especialmente nos estudos feministas. Uma delas versa sobre o caráter a-histórico, fixo e determinante impregnado no conceito (LOBO, 1992); outra aponta que o conceito weberiano de patriarcado tem delimitações históricas, visto que foi utilizado para descrever um determinado tipo de dominação tradicional, na qual o patriarca era a lei e seu domínio referia-se a formas sociais simples e comunidades domésticas. Ora, se as famílias e as relações entre os sexos mudaram, é inadequado falar em “sociedade patriarcal” na contemporaneidade, pois a ideia de patriarcado “cristaliza a dominação masculina, impossibilita pensar a mudança” (LOBO, 1992, p. 51).

Pode-se ainda argumentar que o conceito de patriarcado é inadequado para a análise das relações sociais nas organizações contemporâneas, pois está preso às referências históricas e aprisionado, em sua totalidade, a um único sentido – o de forma de dominação familiar e sexual.

Entretanto, segundo Machado (2000, p. 9), considerar o construto patriarcado não implica deixar de lado o de gênero ou o das relações sexuais de trabalho, conquanto o último possibilite novos questionamentos, os quais, muitas vezes, nem são feitos, pois o termo patriarcado parece conter um conjunto de relações pré-definidas: “como são, por que são”.

De fato, falar em patriarcado significa referir-se, obrigatoriamente, a uma forma de dominação reconhecida pela desigualdade entre gênero, mas “a utilização do conceito de gênero não poderia ser criticada por que nos remete somente ao que, no pre-

sente, aponta para as transformações de gênero de um futuro utópico, seja próximo ou distante?” (MACHADO, 2000, p. 7).

Aprofundando e expandindo o conceito de patriarcado, Pateman (1993, p. 167) apresenta o posicionamento de que não se deve aceitar o discurso político do declínio do patriarcalismo ao final do século XVII: na verdade, não se pode negligenciar a existência de um patriarcado moderno, que a autora descreve como o poder natural dos homens (como indivíduos) sobre as mulheres, o qual envolve todos os aspectos da vida civil: “a sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”.

Vicente e Baptistella (1994, p. 77) apontam ainda que:

Quando uma atividade se torna menos importante no contexto econômico e social, ela passa a ser desempenhada por mulheres. Mesmo na contemporaneidade, onde a distinção entre gêneros dá a impressão de desaparecer, na realidade torna-se bastante acentuada. A regra que explica esta contradição permanece intocável: a mulher é e deve continuar a ser inferior, e, em consequência, receberá um salário menor e ser-lhe-ão distribuídos trabalhos de pouca importância.

No Brasil, Freyre (2003) menciona a extraordinária influência da família na organização social do Brasil colonial. Tomando-se o caráter mais ritual e litúrgico do catolicismo português juntamente com a relação de dependência política e econômica entre senhores de terras e escravos, o patriarcalismo familiar não encontrou limites ou resistências para aqui desenvolver-se:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo re-

duzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala. (FREYRE, 2003, p. 44).

Corroborando essa afirmação, Freitas (1997) afirma que, ao se legitimar a dominação patriarcal no cerne da família nuclear – unidade constitutiva da nossa sociedade –, houve um enfraquecimento dos fundamentos psico e sociodinâmicos da vida moral, política e institucional, trazido pela noção de individualismo (a vontade do senhor impondo-se de cima para baixo).

Davel e Vasconcelos (1997) também reforçam a importância histórica da estrutura familiar no Brasil arcaico e da dimensão estruturante da família brasileira. Os autores se referem ao poderoso chefe da parentela, que era um grupo unido por laços econômicos, solidariedade política e lealdade de todos os membros para com o chefe. Nessa perspectiva, Holanda (2006) já descrevia que os escravos das casas grandes e das lavouras, bem como os homens livres, gravitavam em torno da família central, e com isso aumentavam o círculo familiar e a autoridade (que já era imensa) do chefe da família:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida (HOLANDA, 2006, p. 84-85).

Na família patriarcal, a casa é baseada na hierarquia, com escalonamento de pessoas conforme ordem de importância. Sexo e idade são critérios de classificação que explicam porque primeiro vem o pai (o “chefe da família”), depois os filhos e, por último, a “dona da casa”; explicam a divisão entre mais velhos ou mais moços, ho-

mens e/ou mulheres (DA MATTA, 1991). O autor faz uma leitura da realidade brasileira a partir de uma perspectiva culturalista, na qual a ênfase é dada ao elemento cotidiano dos usos e costumes da nossa tradição familística ou “da casa” (SOUZA, 2000).

Desse modo, Da Matta (1991, p. 16) argumenta que a casa não é reconhecida como o lugar de trabalho, mas a rua sim. “A rua é o local do trabalho, do Estado das leis e também da surpresa, da tentação e do lazer. [...] Em contraste com a calma e a tranquilidade do lar onde nos refazemos da chamada ‘luta pela vida’”. Dessa oposição entre a casa e a rua resulta a associação que se faz da masculinidade ao mundo difícil da rua e do trabalho, enquanto ao mundo da casa, das cozinhas, da generosidade e dos temperos associa-se a mulher.

Mesmo quando a família patriarcal rural brasileira foi substituída pela família urbana, esta última ainda continuou impregnada pela perspectiva cristã que posicionava o homem, sendo ele marido ou pai, como o chefe da unidade familiar, responsável por garantir o sustento econômico, e a mulher (esposa e mãe) continuava a ser valorizada por sua submissão e fidelidade ao chefe da família. Nesse contexto, os filhos também deviam obediência ao pai (homens) e eram dependentes dele.

Para Davel e Vasconcelos (1997, p. 100), na base cultural sobre a qual se assentam as organizações produtivas no Brasil, estão, de um lado, a modernidade material, tecnológica e, de outro, “trabalhadores presos a um imaginário em que os núcleos centrais de autoridade ainda são aqueles gerados em estruturas familiares centradas na figura paterna, plena de autoridade e poder”. Por isso, para analisar o mundo do trabalho no Brasil e as relações que nele se estabelecem, não se pode desconsiderar a influência desse imaginário nas formas de dominação contemporâneas:

Se a família patriarcal é o modelo sobre o qual se estabelecem as relações políticas, isso deve implicar em dizer que a forma de exploração, abuso, marginalização e controle das mulheres – uma vez que fez parte da estrutura de domínio da família patriarcal – também influenciou as relações mais amplas de poder, relacionadas ao Estado, à administração e à organização geral da sociedade (LACERDA, 2010, p. 72).

Ademais, a estrutura familiar patriarcal também pode ser compreendida sob o estereótipo masculino na sociedade ocidental: “o patriarcado opera como um tipo de prisão conceitual, produzindo e reproduzindo estruturas organizacionais em que predominam o sexo e os valores masculinos” (MORGAN, 1996, p. 217).

4 Método de pesquisa

Este estudo adota uma perspectiva predominantemente qualitativa. A pesquisa assim denominada não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados; ela parte de questões ou focos de interesse amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve. O enfoque qualitativo adotado justifica-se na medida em que se trabalhou com um nível de realidade que, dificilmente, pode ser quantificado e que procurou responder a questões muito particulares, específicas de um determinado contexto (MINAYO, 2004).

No desenvolvimento do trabalho, procurou-se conservar os aspectos definidos por Bogdan e Biklen (1994), que melhor caracterizam a pesquisa qualitativa: o ambiente natural (as casas de farinha) como fonte direta dos dados, e o pesquisador como instrumento-chave; a ênfase na descrição; a preocupação do pesquisador com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os dados analisados indutivamente; e a captação de significados como preocupação essencial.

Merriam (1998) classifica a pesquisa qualitativa em cinco tipos, a saber: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. Nesta pesquisa, optou-se pela realização de um estudo de caso. Casos podem ser constituídos por indivíduos, grupos, programas, organizações, culturas, regiões, Estados, incidentes críticos, fases na vida de uma pessoa, ou seja, qualquer evento que possa ser definido como um sistema delimitado, específico, único (PATTON, 2002).

O caso em estudo foi constituído pelo conjunto de casas de farinha, formais e informais, predominantes na região do Agreste alagoano. O critério de seleção para escolha dos empreendimentos baseou-se no critério da tipicidade. Uma amostra típica é aquela que é selecionada porque reflete uma situação ou porque exemplifica o fenômeno de interesse do pesquisador (MERRIAM, 1998).

O estudo de caso apresenta um caráter particularizante e tem um poder de generalização limitado (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977), assim sendo, os resultados obtidos não devem ser generalizados para outros contextos semelhantes, principalmente porque está ocorrendo nessa região um fenômeno atípico, em relação a regiões geográfica e demograficamente semelhantes. Assim, o que se está pretendendo não é generalizar; é analisar um grupo de casas de farinha situado no Agreste alagoano considerando seu particular contexto.

Os sujeitos da pesquisa foram mulheres que trabalham nas casas de farinha, tanto realizando todo o processo como apenas partes dele. Foram selecionadas as respondentes que pudessem, efetivamente, ajudar a compreender o fenômeno em estudo (MERRIAM, 1998), portanto a amostragem proposital, intencional ou de-

liberada foi adotada. Segundo Patton (2002), a lógica e o poder da amostragem intencional e não probabilística baseia-se em selecionar casos ricos de informação para o estudo.

A quantidade de sujeitos participantes foi determinada pelo princípio da redundância ou saturação, ou seja, à medida que foram sendo vivenciados casos similares, adquiriu-se confiança empírica de que não mais se encontrariam dados que pudessem contribuir para a pesquisa (GLASER; STRAUSS, 1967). A saturação foi atingida na décima entrevista, mas, como não existe fórmula que assegure a saturação e esta depende exclusivamente do discernimento do pesquisador, achou-se por bem continuar as entrevistas até uma margem considerada segura, tendo em vista que a quantidade de sujeitos é menos importante do que a qualidade das informações. Para efeito da pesquisa, foram considerados os dados obtidos nas dez primeiras. Em respeito ao anonimato dos sujeitos, as falas das mesmas serão seguidas pela palavra “Entrevistada”, seguida por um numeral que varia entre 1 e 10, de acordo com a ordem em que foi realizada a entrevista.

Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas análise documental, entrevista semiestruturada e observação participante. Assim sendo, adotou-se o expediente da triangulação: a combinação de diferentes técnicas no estudo do mesmo fenômeno (DENZIN; LINCOLN, 2000), tendo por objetivo básico abranger a “máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138) e diminuir “a influência dos vieses do pesquisador no resultado final das análises” (VIEIRA; ZOUAIN, 2004, p. 23). As entrevistas foram realizadas nas casas de farinha ou na casa das trabalhadoras, entre os meses de novembro de 2010 a março de 2011.

A observação direta participante também foi escolhida como método de coleta

de dados, por trazer um contato em *firsthand* com o fenômeno que se pretende estudar e por proporcionar entendimento de aspectos que, dificilmente, seriam captados somente por meio de entrevistas ou documentos (MERRIAM, 1998; VERGARA, 2008). Foram realizadas oito visitas às casas de farinha, que tiveram duração aproximada de uma hora.

Além das visitas destinadas às entrevistas, foram realizadas visitas especificamente para a observação, como também observações durante o Fórum Permanente da Mandioca, que acontece mensalmente e conta com a presença de trabalhadores do setor. Quanto à análise documental, teve-se acesso a relatórios do Arranjo Produtivo Local (APL) de Mandioca, relatórios do Sebrae, *websites*, folhetos e manuais das casas de farinha.

Realizadas a observação e as entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo (BARDIN, 2004), sendo os dados coletados tratados, fundamentalmente, de forma qualitativa: categorizados e analisados a partir dos termos e categorias analíticas, com base na fundamentação teórica proposta para este estudo. Assim, verificaram-se ligações e/ou afastamentos entre os diversos conteúdos, de modo a compreender, de forma mais completa, os aspectos abordados na pesquisa em questão.

5 Mandioca e Casas de Farinha

Conhecida também como aipim, macaxeira, maniva ou macamba, a mandioca constituía a base da alimentação dos indígenas da costa brasileira no período do descobrimento do Brasil; era o componente fundamental dos dois principais alimentos indígenas: farinha e beiju (CARDOSO, 2003).

A fabricação de farinha de mandioca é uma atividade centenária no Brasil, que data dos tempos coloniais, quando a mandioca era cultivada em pequenas roças, vol-

tadas a suprir a necessidade de alimentação dos plantadores de cana-de-açúcar. Denominada “farinha de pau” pelos europeus e considerada “o pão dos pobres” ainda hoje no Brasil, especificamente nas Regiões Norte e Nordeste, a farinha de mandioca é a mais constante presença nas refeições dos brasileiros (SILVA; ALCIDES, 2006).

Apesar de ser rechaçada como “produto inferior”, a produção da farinha de mandioca situa o Brasil dentre os 10 maiores produtores mundiais. Conhecem-se, aproximadamente, 98 espécies de variada cor e forma, com diferente teor nutritivo, variando de uma região a outra do país. Estima-se que a fase de produção primária e o processamento de farinha e fécula gerem em torno de um milhão de empregos diretos (SEBRAE, 2008).

Considerada cultura subsidiária, de responsabilidade de pequenos produtores, que se encontram direta ou indiretamente vinculados ao sistema de produção dominante, a mandiocultura marca presença quase exclusiva na pequena propriedade, com predominância óbvia nos municípios com estrutura fundiária mais fragmentada (SEBRAE, 2008).

No Brasil, a raiz é o produto mais valorizado, da qual se extrai a farinha, sendo a maior parte da produção para consumo humano. Em menor escala, há produção da massa e da goma da mandioca, para preparo de bolos, tapiocas e outros quitutes, e dos beijos. A partir da mandioca, também se pode obter amido, álcool etílico, acetona, aguardente, glicose, entre outros produtos (CARDOSO, 2003). O consumo animal ainda é pouco representativo no Brasil, embora alguns países tenham tido enorme tradição na produção e exportação de ração animal obtida da mandioca, dentre eles a Tailândia.

A casa de farinha é o lugar onde acontece a fabricação da farinha. Conforme Sil-

va e Alcides (2006, p. 4), atualmente várias casas de farinha ainda guardam a mesma forma que tinham na época da colonização: “uma edificação normalmente realizada sem vedações laterais, coberta de palha, deixando evidentes os equipamentos de produção”. Para as autoras, as casas de farinha asseguram a permanência de um patrimônio de cunho produtivo, com forte impacto na vida de inúmeras comunidades espalhadas por grande parte do Norte e Nordeste brasileiros.

Mesmo nas casas de farinha que já utilizam energia elétrica e equipamentos para poupar os trabalhadores, há ainda a manutenção de hábitos como a cantoria, o trabalho associativo, a reunião e a cooperação de grupos familiares. A fabricação da farinha, também conhecida como farinhada, continua a agregar o núcleo familiar, a despeito da tecnologia empregada no processo (SILVA; ALCIDES, 2006).

Em Alagoas, a mandioca é a segunda maior produção agrícola, caracterizando-se pela forte presença da agricultura familiar. Somente no Agreste, a subsistência de cerca de 25 mil famílias está relacionada à cadeia produtiva da farinha (MDIC, 2004).

Historicamente, a tradição de fazer farinha vem passando de geração a geração. A quantidade de casas de farinha é expressiva nos municípios da região do Agreste alagoano: são 459 unidades, sendo 67 comunitárias (15%) e 392 particulares (85%). Os municípios de Girau do Ponciano (15 unidades), Arapiraca (14) e Igaci (12) são os que mais investiram em unidades comunitárias (MDIC, 2004).

Um traço comum à maioria dessas casas é que se trata de empreendimentos familiares, que contam com a participação de homens, mulheres e crianças na produção de farinha, sendo cada um dos membros da família responsável por diferentes tarefas do processo produtivo.

6 As mulheres nas casas de farinha do agreste alagoano

Embora difundida em todo o Estado de Alagoas, é no Agreste que se encontra a maior concentração de produtores e de casas de farinha, respondendo por, aproximadamente, 58% da produção estadual. Na grande maioria, são pequenos e médios produtores que utilizam a mão de obra familiar para a produção de farinha (SEBRAE, 2008).

O início dos trabalhos é celebrado com o cantarolar e as conversas das mulheres. Em geral, trabalham 10 horas diárias, com pequenos intervalos para alimentação, com horários alternativos em função da demanda. O horário de trabalho é definido pelo dono da casa de farinha, e quando chega o período da safra de mandioca, com o aumento da produção de farinha, o ritmo de trabalho torna-se mais ainda forte:

Não tem horário certo, mas a gente chega umas seis horas e para umas onze e meia e começa de novo uma da tarde e vai até cinco. Às vezes é de segunda a sexta, às vezes vai até o sábado meio-dia. (Entrevistada 5).

Não tem horário certo, pego de seis horas, largo no fim da tarde, dependendo do tanto de mandioca, trabalho de terça a sábado. (Entrevistada 2).

Não tem dia, nem horas; só é a gente chegar na casa de farinha e começa de sete até as cinco; quando tem muita mandioca, é de segunda a sábado. (Entrevistada 8).

Não vou falar que tem horário porque quando a casa de farinha está funcionando as mulheres brigam pra chegar determinado horário e raspar mais, questão de ganhar mais. É três horas da manhã, quatro horas, sete horas até umas oito horas da noite. No período da safra, de fazer farinha, que é setembro, são quase todos os dias. (Entrevistada 3).

Nas casas de farinha pesquisadas, observou-se que o processamento da farinha de mandioca segue as seguintes etapas:

transportadas em caminhões, camionetas, carroças ou mesmo em carros de bois, as raízes chegam às casas de farinha. Lá, são distribuídas em lotes (também conhecidos como caçuás ou balaios), para serem descascadas ou raspadas, operação que é executada por mulheres.

Descascadas, as raízes são depositadas em caixas plásticas ou em lonas, para evitar o contato com impurezas (o que nem sempre acontece). Como poucas casas de farinha possuem o equipamento lavador/descascador, foi desenvolvido o processo de “repinicagem”, um tipo de triagem realizada por mulheres para melhorar a qualidade final do produto processado. Na sequência, as raízes são transportadas para o ralador. A massa resultante do processo de ralação é então depositada em um tanque de alvenaria revestido por azulejos. Com auxílio de pás ou baldes, essa massa é transportada para a prensa, para que seja retirado o líquido conhecido como manipueira, que é bastante tóxico no seu estágio inicial. A massa é colocada em panos de algodão, para ser levada à prensa. Assim, depois de seca, a massa é retirada da prensa, quebrada e peneirada ou ralada. Após essa etapa, a massa é levada aos fornos, para ser torrada, até atingir o nível de umidade desejado. Finalmente, uma vez pronta a farinha, ela é deixada em cochos de madeira, para esfriar e ser, em seguida, peneirada e embalada em sacos de polipropileno.

Todas as etapas descritas são executadas por homens. Eventualmente, ou melhor, somente em casos extraordinários, as mulheres participam dessas fases; no máximo, peneiram a massa. Cabe a elas, exclusivamente, raspar a mandioca, limpar a casa de farinha (varrer, lavar banheiros), juntar as cascas e colocá-las em sacos:

As mulheres raspam, e os homens arrancam a mandioca e carregam o carro pra espalhar pra casa da gente. (Entrevistada 3).

A gente raspa a mandioca e quando acaba cedo, aí por conta de nós mesmo, aí a gente limpa para ajudar o patrão. (Entrevistada 1).

Os homens mexem e imprensam a massa, e as mulheres raspam, lavam o banheiro todo dia; às vezes faz a limpeza, varre o terreiro. (Entrevistada 4).

Os homens impressa, traz da roça e bota aqui, as mulheres já raspa, daqui eles pega, bota no motor e do motor vai pra prensa e da prensa vai pro forno. (Entrevistada 6).

As mulheres também, às vezes, mexe a farinha, às vezes boto prensa aí, ajudo a apanhar mandioca; agora não é todas as mulheres; as mulheres dos maridos associados é as que trabalha mais aqui, e as outras às vezes rapa mandioca e vão embora, e outra tem que ficar aqui. (Entrevistada 5).

Essa divisão de trabalho é definida pelos donos da casa de farinha que, em sua totalidade, são homens. Não há inversão de tarefas ou outra forma de divisão de trabalho. Aos homens cabe o trabalho com as máquinas, o transporte da mandioca; às mulheres cabe o trabalho manual. Quando chegam para trabalhar na casa de farinha, elas já sabem o que devem fazer, pois sua tarefa já está previamente definida pelo dono da casa:

A mulher não vai pegar lenha para botar no forno, não pode pegar em saco de farinha pra pesar, isso tudo as mulheres não podem; as mulheres podiam peneirar somente, porque já ia aliviando mais o trabalho. (Entrevistada 10).

Os homens mesmo decidem; as mulheres vai raspar, e nós vamos fazer os outros serviços. (Entrevistada 7).

O dono da casa de farinha é quem decide o que a gente vai fazer: varrer a casa de farinha, raspar a mandioca, tirar a tapioca; a gente faz só o básico mesmo. (Entrevistada 9).

Ficou claro que o trabalho masculino está direcionado a outras atividades, que

demandam maior força física, maior destreza e habilidade com máquinas e que envolvem perigos eminentes, tais como fogo, por exemplo; enquanto às mulheres cabe o trabalho manual e, teoricamente, mais leve, de raspagem da mandioca. Observou-se também que essa segmentação reproduz-se na definição dos espaços físicos da casa de farinha, deixando claro onde homens e mulheres devem realizar as suas tarefas. De fato, essa segmentação sexuada dos espaços profissionais vem acompanhada das relações de dominação/subordinação, conforme apontado por Matias dos Santos (2007).

Assim, a divisão do trabalho nas casas de farinha é justificada, principalmente, pelo discurso das diferenças corporais entre mulheres e homens, reforçando a divisão sexual do trabalho (DURKHEIM, 1999). Juntamente a essa realidade, tem-se a concentração do trabalho feminino em tarefas manuais que remontam às tarefas domésticas, as quais, naturalizadamente, lhes são atribuídas na estrutura de organização patriarcal.

Como o processamento da mandioca obedece a etapas bem definidas, a tarefa da raspagem executada pelas mulheres influencia todo o andamento das demais; qualquer atraso nessa etapa compromete todos os procedimentos seguintes. Somente sob esse ponto de vista, as tarefas desempenhadas pelas mulheres e o papel feminino no processo já poderiam ser considerados relevantes: o trabalho realizado por elas dá início a um processo que resultará em renda para empresários e famílias, além de manter a tradição da mandiocultura da região.

Não obstante tal argumento, grande parte das entrevistadas não reconheceram a importância do trabalho que realizam e, quando o fizeram, associaram ao reconhecimento por parte dos donos da casa de farinha:

Não ganho nenhum dinheiro pelo meu trabalho. O primeiro dono valorizava mais, mas o segundo não valoriza. O primeiro não dava nada, mas ele chegava, conversava mais com a gente, ele gostava, colocava mandioca à vontade pra quem quisesse. Levou nós pra praia no final da safra. E o segundo, já não gostei. (Entrevistada 3).

A agricultora é sempre a mais fraca, aí ninguém reconhece nosso trabalho, ele não reconhece nosso trabalho. (Entrevistada 7). *Tinha uns patrões que além de pagar ainda me davam farinha, me ajudava com qualquer coisa.* (Entrevistada 4).

Só recebo mesmo o pagamento, mas eu acredito que valia mais. (Entrevistada 5). *Eles são muito bons aqui, eu faço o meu, mas não sei se reconhecem ou não.* (Entrevistada 1).

Tem pessoas que não acham que esse trabalho é um trabalho, não reconhecem, pensa que isso é um passatempo. (Entrevistada 8).

As mulheres entrevistadas eram casadas e solteiras, a grande maioria com, pelo menos, três filhos. O nível de escolaridade de nenhuma delas ia além do Ensino Médio incompleto, incluindo algumas analfabetas. A faixa etária das entrevistadas variava dos 21 aos 69 anos. As entrevistadas eram de famílias que já trabalhavam com a mandiocultura há gerações e trabalham nas casas de farinha há, pelo menos, cinco anos. Apesar de considerarem o trabalho desgastante, reconhecem que ele é imprescindível para ajudar no sustento de suas famílias e para sua satisfação pessoal:

Meu trabalho é bom, nós depende tudo daqui, roupa, calçado, comida, tudo, tudo. (Entrevistada 2).

Não é um trabalho muito favorável, é cansativo, o trabalho aqui não é bom, mas é o suficiente para quem não tem renda. Eu não tenho renda, a renda é essa aqui, aí eu acho bom. (Entrevistada 10).

Pra mim, é demais, a gente tem alegria trabalhando. A gente ficar em casa só esperando, esperando por quem? Só por

Deus não dá. Pra mim, é demais quando eu trabalho lá na casa de farinha. (Entrevistada 3).

Ajudar o esposo, a família, a questão familiar, porque são poucos o dinheiro recebido, mas ajuda muito na família. (Entrevistada 5).

Se eu não fizer, outra pessoa faz, não é obrigatório. Porque eu ganho dinheiro, é divertido, agora nós tá no verão, às vezes fica sem fazer nada, e o que aparecia era até bom, nós aqui fazia nossas resenhas, para não ficar parada. (Entrevistada 9).

As mulheres não têm vínculo empregatício formal; prestam serviço informalmente para a mesma casa de farinha, em um sistema de subcontratação e facção. A escolha das pessoas (homens e mulheres) para trabalhar na casa de farinha ainda se pauta em laços de parentesco ou amizade (ainda que remotos); talvez essa característica reforce a casa de farinha ainda como *locus* de trabalho de família, de amigos, de comunidade, de união (DA MATTA, 1991).

Nessa realidade, os laços econômicos, de solidariedade e de lealdade aos donos das casas fortalecem-se, reforçando a relação de subalternidade, de submissão das mulheres aos homens, na medida em que são eles que decidem o que e quanto deve ser produzido; o quanto deve ser pago pela raspagem da mandioca; o horário de trabalho; organização do processo produtivo; enfim, os homens protagonizam o processo de produção nas casas de farinha. Entendendo o patriarcado como poder masculino, e não poder do pai, a autoridade centrada no poder masculino se fez presente nas casas de farinha estudadas (NARVAZ; KOLLER, 2006; SCOTT, 1995).

Com efeito, nas casas de farinha estudadas, a compreensão de que o privado/público e o patriarcado e as relações de gênero articulam-se entre si mostrou-se particularmente importante para explicar a dinâmica das relações de subordinação/dominação das práticas organizacionais e interações sociais lá encontradas.

Para realizar a tarefa de raspagem, as mulheres usam facas e ficam sentadas em tamboretas de madeira ou mesmo no chão batido. São remuneradas de acordo com a quantidade de quilos ou de caçuás/balaios com mandioca que conseguirem descascar. O valor pago por caçuá ou quilo de mandioca está em torno de R\$ 3,00 (três reais).

Também foi possível visitar casas de farinha que contam com tecnologia e maquinário moderno e mulheres trabalhando em estações de trabalho. Entretanto, mesmo nesse ambiente, as relações continuam centradas na figura masculina da “*pessoa do dono da casa de farinha*” (Entrevistada 3), plena de poder - o chefe da parentela descrito por Davel e Vasconcelos (1997).

Considerando-se o nível de escolaridade das mulheres envolvidas no processo produtivo, coadunado com o baixo nível de remuneração e com as outras condições precarizadas de trabalho, têm-se as condições ideais para fortalecer a submissão em relação ao homem dono da casa de farinha, além de alijá-las de participar de outros mercados, que demarcam exigências diferenciadas, como o grau de instrução, por exemplo.

Assim, seguindo a tradição e outras tendências profissionais, as mulheres são remuneradas com valores irrisórios para trabalhos desenvolvidos em condições precárias: com dores fortes no corpo, devido ao esforço repetitivo e à posição em que executam o trabalho, por exemplo. Ademais, especificamente o baixo nível de remuneração exige que mais elementos de uma mesma família trabalhem para proporcionar aumento na renda familiar, sem considerar o limite legal de oito horas diárias de trabalho.

Analisando, especificamente, a baixa remuneração do trabalho das mulheres, poder-se-ia justificá-la pelo discurso instrumentalista de que isso acontece talvez pelo fato de os donos das casas de farinha não poderem pagar mais por esse trabalho, sob

pena de inviabilizar financeiramente a atividade, considerando a composição dos custos. Outra possibilidade é, realmente, a priorização do lucro. De fato, em qualquer uma das situações ou possibilidades, dentro do contexto econômico e social, as mulheres da casa de farinha continuam subordinadas hierarquicamente aos donos da casa e aos demais que lá estão, conquanto as atividades realizadas por elas são definidas, supervisionadas e subordinadas às definidas para eles e realizadas por eles.

Assim, essa desigualdade na divisão sexual do trabalho nas casas de farinha aproxima-se do poder exercido pelos homens sobre as mulheres e seu trabalho, bastante característico da estrutura patriarcal. Algumas mulheres vislumbram que poderiam participar de outras formas, de outras etapas da produção da farinha, mas, ainda assim, continuariam a ser, exclusivamente, tarefas manuais:

As mulheres poderiam participar mais com a limpeza, poderiam tirar a goma, que a gente sabe que dá dinheiro, mas a maioria das mulheres daqui não faz, simplesmente só raspa a mandioca e acabou. (Entrevistada 3).

Antes da reforma, as mulheres peneiravam, a gente podia voltar a peneirar. (Entrevistada 7).

Há perspectiva de implantação de uma minifábrica de biscoitos à base de mandioca, a ser comandada pelas trabalhadoras casadas com os produtores de mandioca. Trata-se de mulheres – um grupo de aproximadamente 20 – que já trabalha de forma rudimentar há dois anos, as quais foram capacitadas pelo Senac e Sebrae, preparando-as para essa forma de gerar renda e emprego.

Não se pode deixar de reconhecer que isso sinaliza uma oportunidade de mudanças nas condições de vida de algumas das mulheres e suas respectivas famílias e

nas relações sociais entre homens e mulheres da região. Entretanto, cabe um olhar mais crítico no sentido de perceber se esse será mais um espaço em que as mulheres estarão desempenhando atividades manuais (de preparo de alimentos), sob a supervisão de homens, ou se terão, de fato, autonomia para gerenciar a minifábrica, caminhando na direção de ruptura da relação de submissão a que estão submetidas.

Como se não bastasse essa realidade, também no Fórum da Mandioca, realizado mensalmente, observou-se que as mulheres são minoria e sempre permanecem a maior parte do tempo caladas, sem expressar qualquer ideia ou opinião acerca do que está sendo discutido, ainda que os assuntos tenham relação direta com sua realidade de trabalhadoras na cadeia produtiva da mandiocultura. Ademais, documentos mostram que, nas missões e visitas técnicas a outros estados, realizadas pelo SEBRAE, a frequência é quase exclusivamente masculina.

Logo, têm-se, de um lado, mulheres que estão começando a ocupar outros espaços públicos, como, por exemplo, com a criação da associação das mulheres e da minifábrica, além do grupo de mulheres que ingressou em postos de trabalho fora do ambiente familiar, de forma subalterna, e ainda não conseguiu se desvencilhar por completo da tradição de manter-se no espaço doméstico.

Pode-se ainda considerar a casa de farinha um ambiente que favorece a interação social dessas mulheres, pois, ao mesmo tempo em que trabalham de forma coletiva, elas conversam, trocam ideias, dividem suas tristezas e alegrias. Entretanto, seria prematuro afirmar que há um encaminhamento para reorganizar relações de trabalho ou dividi-lo nas casas de farinha

7 Considerações finais

De origem indígena, a cultura da mandioca faz parte da história da sociedade brasileira desde seus primórdios, antes mesmo do (re)conhecimento do País como colônia. Quando chegaram ao Brasil, os portugueses tiveram que alterar seus hábitos alimentares. O trigo, por exemplo, foi substituído pela farinha de mandioca, o mais importante alimento da colônia.

Atualmente, o Brasil ocupa posição de destaque na produção mundial de mandioca. Cultivada em todas as regiões do Brasil, a raiz tornou-se indispensável na alimentação humana e animal, além de ser utilizada como matéria-prima em inúmeros produtos industriais. Do ponto de vista econômico, contribui para a geração de emprego e de renda, especialmente nas áreas pobres da Região Nordeste. Considerando-se a fase de produção primária e o processamento de farinha e fécula, estima-se que eles gerem, no Brasil, um milhão de empregos diretos (SEBRAE, 2008).

Desse contexto, fazem parte as casas de farinha da região do Agreste de Alagoas, nas quais homens e mulheres passam boa parte do seu dia na produção de farinha de mandioca e outros derivados da raiz, dividindo a responsabilidade por tarefas que são complementares entre si.

Considerando o objetivo deste trabalho, pode-se afirmar que vários aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste alagoano ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro. Os dados coletados (principalmente a fala das entrevistadas) mostraram que, nesse mesmo ambiente, a divisão sexual do trabalho é aceita como resultado de diferenças físicas entre homens e mulheres.

Assim sendo, aparentemente, dever-se-ia aceitar de pronto que, nas casas de farinha estudadas, o gênero figura como variável binária, apoiada na diferença sexual

entre homens e mulheres, e, como tal, a partir de uma visão estática, esse padrão de divisão do trabalho dificilmente mudará. Entretanto, analisando essa realidade a partir de uma perspectiva histórico-social, vê-se que essa divisão sexual do trabalho aproxima-se do binômio exploração-dominação descrito por Saffioti (2008), que vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Para a autora,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 2008, p. 50).

Assim, a dupla jornada de trabalho (casa de farinha e trabalhos domésticos), a baixa remuneração, as condições precarizadas de trabalho, o respeito e a lealdade à autoridade do dono da casa de farinha – como provedor de salário, comida e trabalho – são algumas das condições sob as quais as trabalhadoras estão submetidas que alimentam a exploração.

Agregue-se a isso o caráter histórico dessas relações desiguais de gênero que se fazem presentes na sociedade brasileira desde o Brasil Colônia, com o patriarcado rural, e chegam aos dias atuais, mostrando que, nas casas de farinha do Agreste alagoano, a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos.

Poder-se-ia questionar como não encontrar relações de dominação patriarcal em uma casa de farinha, já que lá a divisão do trabalho baseia-se, originalmente, na diferença sexual entre homens e mulheres. Nesse sentido, pontua-se que relações de gênero não são necessariamente imutáveis,

tampouco devem ser desiguais por natureza. Entretanto, para que elas mudem e tornem-se mais igualitárias, necessariamente passa-se pelo questionamento de relações de poder, as quais são determinadas pelo patriarcado, que traz ao seu cerne desigualdade, controle e medo. Há patriarcado mais igualitário? Certamente não; caso contrário, não o seria.

A despeito de programas e iniciativas, como a criação do APL de Mandioca, que buscam melhorar também a geração de empregos e de renda e agregar valor à mandiocultura, a realidade dessas trabalhadoras das casas de farinha mostra que as relações de gênero continuaram desiguais e hierarquizadas. Vale dizer, tal como afirma Matias dos Santos (2007), “a divisão sexual do trabalho é algo que se reatualiza e vai permanecendo, embora adquirindo novas formas” (p. 7). No caso em estudo, a divisão sexual do trabalho perpetua-se com a dominação patriarcal e, conjuntamente, traduz-se em condições precarizadas de trabalho para essas mulheres das casas de farinha.

Como contribuição, tentou-se ilustrar a presença da dominação patriarcal na divisão do trabalho das casas de farinha do Agreste alagoano. Para as mulheres dessas casas, ainda há um longo caminho a ser percorrido, até que seu local de trabalho seja caracterizado por relações mais igualitárias de poder. De fato, talvez essa realidade não seja exclusiva desse grupo. Como direção para futuras pesquisas, sinaliza-se o aprofundamento da análise nessas casas de farinha e em outros ambientes organizacionais a partir da abordagem feminista pós-colonialista, enfocando aspectos de gênero, articulado com classe, raça, entre outros, presentes no processo de globalização.

Referências bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BELLE, F. Executivas: quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, J-F. **O indivíduo nas organizações**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993. 2 v.
- BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.
- BRITO, J.; OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. (Org.). **A danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997. p. 245-263.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v. p. 275-329.
- CAPPELLE, M. C. A. et al. A produção científica sobre gênero na administração: uma meta-análise. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Anpad, 2006.
- CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. 2003. 188 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)–Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-214, jan./jun. 2001.
- CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 201-214, jan./jun. 2002.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHINOY, E. **Perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.
- COSTA, C. de L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos Pagu**, v. 2, p.141-174, 1994.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DAVEL, E. P. B; VASCONCELOS, J. G. M. Gerência e autoridade nas empresas brasileiras: uma reflexão histórica e empírica sobre a dimensão paterna nas relações de trabalho. In: MOTTA, F. P.; CALDAS, M. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 94-110.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Org.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREITAS, A. B. de. Traços brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, F. C.; PRESTES E CALDAS, M. P. (Org.).

- Cultura organizacional e cultura brasileira.** São Paulo: Atlas, 1997. p. 38-54.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research.** New York: Aldine, 1967.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HENNING, C. E. . Gênero, sexo e as negações do biologicismo: comentários sobre o percurso da categoria gênero. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 8, p. 57-67, 2008.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17- 18, p.139-156, 2001.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.19-27.
- KLINENBERG, O. **Psicologia social.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
- LACERDA, M. B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado.** Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Ed.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.
- MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropológica**, Brasília, n. 284, p. 2-19, 2000.
- MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, M. N. (Org.). **Mulher: estudos de gênero.** São Leopoldo: Unisinos, 1997. p. 9-18.
- MARX, K. **O capital** (Crítica da economia política) – Livro 1: o processo de produção do capital. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Sobre literatura e arte.** São Paulo: Global, 1986.
- MATIAS DOS SANTOS, V. Divisão sexual do trabalho: complementaridade ou conflito? **Revista Urutágua (online)**, v. 1, n. 13, p. 1-11, ago./set./out./nov. 2007.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **APL Mandioca Agreste: Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Território Produtivos Locais do Estado de Alagoas**, 2004. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247145080.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education.** 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORGAN, G. **Imagens das organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e sociedade**, Porto Alegre, v. 1, n. 18, p. 49-55, jan./abr. 2006.
- PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17-41, jan./jun. 1994.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- ROSA, A.; MEDEIROS, C. R. O. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 1-17.
- SAFFIOTI, H. I. B. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Mulheres, 2008. p.149-181.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Casas de farinha: manual das boas práticas, 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8A1C24AA4A9C78B7832574BE0051B294/\\$File/NT00038CE6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8A1C24AA4A9C78B7832574BE0051B294/$File/NT00038CE6.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- SILVA, M. A.; ALCIDES, M. M. Modos de construir, modos de alimentar e conviver: as casas de farinha do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA VERNACULAR. **Anais eletrônicos...** Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2006.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. da UnB, 2000.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEYNE, P. O império romano. In: _____. (Org.). **História da vida privada**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 1 v. p. 11-212.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L. O trabalho da mulher no capitalismo industrial. **Revista de Estudos do Terceiro Milênio**, USP, n. 41, p.77-80, 1994.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.
- WEBER M. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2000.